



REDACTOR

Fundado em 10 Fevereiro de 1997
Ano XXVII • Nº6780 • Terça-feira 19/03/2024
Editor: **Refinaldo Chilengue**
redacao@redactormz.com / editor@redactormz.com
www.redactormz.com facebook.com/redactormz



**VIVE A ADRENALINA
SENTE A VELOCIDADE**

OS CANAIS

EM SINAL ABERTO A PARTIR DO **DStv Grande**

28 DE FEVEREIRO A 11 DE MARÇO
SEM CUSTOS ADICIONAIS

WHATSAPP 85 378 8000 21 411 222 - 93788

Baixe já! USSD *788#

FIRMES NA LUTA MESMO DEPOIS DE PERDEREM OLHOS

Marcos e Inocêncio perderam olhos durante a repressão policial de uma marcha pacífica em homenagem ao rapper moçambicano **Azagaia** há precisamente um ano, mas prometem...

PÁG 2



Jamais se considere informado se apenas leu manchetes. Cultive o hábito de leitura e seja pessoa informada!

POLÍTICA

Maquinze faz duras críticas a Momade e exige realização de congresso

PÁG 3

NEGÓCIOS

Contrabando de madeira em Cabo Delgado rende 125 milhões de meticais por mês

PÁG 4

SOCIEDADE

IURD em Angola passa a ser IRDA

PÁG 5

SUBSCREVA

JORNAL **REDACTOR**

correiodamanha@tcabo.co.mz

CONTACTOS
+250848407007
+250843085360
+250841404040

FIRMES NA LUTA MESMO DEPOIS DE PERDEREM OLHOS

EDSON [AZAGAIA] DEU À LUZ À GERAÇÃO 18 DE MARÇO E, INDEPENDENTEMENTE DO QUE VENHA A ACONTECER, NÓS ESTAREMOS EM TODO O LADO QUE A MARCHA FOR PARA A MUDANÇA DE CONSCIÊNCIA PORQUE O POVO PRECISA. NÓS SOMOS POVO NO PODER

Marcos e Inocêncio perderam olhos durante a repressão policial de uma marcha pacífica em homenagem ao rapper moçambicano *Azagaia* há precisamente um ano, mas prometem dar corpo à luta em prol das liberdades da designada “*geração 18 de Março*”.

“Não vamos deixar o legado de *Azagaia* morrer por causa de um olho. (...) Não. Nós continuaremos a lutar e nós seremos aquela voz que vai ecoar independentemente de qualquer coisa”, explica à Lusa **Inocêncio Manhique**, a partir da Avenida Ahmed Sekou Touré, no mesmo ponto em que, há precisamente um ano, perdeu o olho esquerdo, após ser atingido na face por uma bala de borracha disparada pela Polícia da República de Moçambique (PRM), enquanto homenageava o “*rapper do povo*”.

Na manhã de 18 de Março, um sábado, agentes da Polícia moçambicana alegaram ter “ordens superiores”, nunca esclarecidas, para dispersar grupos que pretendiam realizar marchas pacíficas, anunciadas às autoridades municipais, em vários pontos do país em homenagem ao *rapper* de intervenção social *Azagaia*, que morreu por doença uma semana antes.

A repressão policial, que ocorreu sobretudo em Maputo, deixou detidos e vários feridos, tendo posteriormente os organizadores das marchas submetido recursos às autoridades nacionais e estrangeiras para responsabilização face ao que classificam como força desproporcionada exercida por aquela corporação.

“Estávamos de joelhos, com as mãos levantadas e isso já dá o sinal de que não há violência nenhuma. Mesmo antes disso, não havia violência nenhuma. (...) Mas eles não levaram isso em conta. (...) E foi nesse momento em que eu estava em frente a todas as pessoas que vi o agente a meter a bala de borracha na arma e a atirar directamente contra mim”, lembra à Lusa **Marcos Amélia**, de 29 anos, a partir do mesmo ponto onde também perdeu o olho esquerdo em 18 de Março na Avenida Filipe Samuel Magaia, no coração da capital moçambicana.

Passou um ano após os episódios, mas Marcos e Inocêncio admitem que o “sentido de injustiça” prevalece, já que as autoridades não se responsabilizaram por qualquer dano, nem mesmo a assistência hospitalar, custeada por organizações não-governamentais e pessoas de boa vontade.

O pior são as dores de que ambos se queixam na cabeça, além das marcas de uma “injustiça” que vão carregar por toda a vida.

“Eu uso óculos para esconder, mas não tenho como realmente esconder isso”, refere Marcos Amélia, que agora está desempregado e queixa-se de dificuldades para se inserir no mercado com a aparência que agora possui.

“As pessoas julgam-me sem sequer ouvir a minha história”, lamenta o jovem.

Hoje, ambos sem o olho esquerdo, Marcos e Inocêncio querem dar a cara na luta

pelas liberdades em Moçambique, com a designada “*geração 18 de Março*”, um termo adotado após os episódios para designar o grupo de jovens moçambicanos que esteve na marcha. E, inspirando-se nas propostas do próprio *Azagaia*, quer lutar por aquilo que consideram “justiça social”, num contexto de “liberdades ameaçadas” em Moçambique.

“Edson [*Azagaia*] deu à luz à *geração 18 de Março* e, independentemente do que venha a acontecer, nós estaremos em todo o lado que a marcha for para a mudança de consciência porque o povo precisa. Nós somos povo no poder”, atirou Inocêncio, que, além de activista, agora é político na Assembleia Municipal da capital por um partido de oposição.

“O que está em causa aqui atravessa a questão de simples liberdade de expressão. É uma questão de liberdades, no seu todo”, declarou Marcos Amélia.

Os episódios de 18 de Março foram condenados por várias entidades que alertaram para a violência policial injustificada face a grupos pacíficos e desarmados, classificando-os como um dos sinais mais visíveis das limitações à liberdade de expressão e de manifestação em Moçambique.

O Presidente moçambicano, **Filipe Nyusi**, anunciou, na altura, averiguações à acção policial nas marchas, considerando, no entanto, que as autoridades tinham informações de que existiam “infiltrados” que queriam atingir

“outros intentos” com a homenagem ao *rapper Azagaia*, lamentando os distúrbios ocorridos.

Na informação anual sobre o estado da Justiça no país naquele mesmo ano, a procuradora-geral da República, **Beatriz Buchili**, afirmou que o Ministério Público abriu processos-crime contra agentes envolvidos nos confrontos de 18 de Março, mas desde então não se conheceram mais desenvolvimentos.

Marcos e Inocêncio apresentaram, em Junho daquele ano, uma participação criminal na Procuradoria da República, exigindo a responsabilização da Polícia e uma indemnização de cinco milhões de euros cada, mas até hoje não obtiveram qualquer resposta sobre o desfecho do caso.

“Não registámos qualquer avanço substancial. É verdade que a Procuradoria da Cidade chamou especificamente o Inocêncio para duas audições, em que numa delas o Inocêncio disse que depois reconheceu o agente que efectuou o disparo. Deu à Procuradoria detalhes sobre a pessoa. Mas, na prática, mais nada aconteceu”, disse à Lusa **Elvino Dias**, advogado das vítimas.

Azagaia, que ficou célebre pela crítica aberta à governação, foi encontrado morto em casa em 9 de Março, após uma crise de epilepsia, segundo a família, consternando milhares de fãs, sobretudo jovens, em Moçambique e em toda a lusofonia, onde o seu nome já era conhecido.

MAQUINZE FAZ DURAS CRÍTICAS A MOMADE E EXIGE REALIZAÇÃO DE CONGRESSO



Ossufo Momade e Timosse Maquinze na antiga base central da RENAMO em Gorongosa

O antigo líder [chefe do Estado-Maior General] de guerrilha da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) **Timosse Maquinze** exige a realização de congresso e a saída do actual presidente, **Ossufo Moma-**

de, entre fortes críticas à sua liderança.

Em declarações à Lusa esta segunda-feira na cidade da Beira, Timosse Maquinze acusou Ossufo Momade de ter prometido **"muita coisa"** que não cumpriu.

"Já não o queremos na liderança do partido, junto com a sua cúpula. Estão a evocar lei que não existe, eles estão errados e estão a estragar a democracia. O que eles temem nos outros manifestarem a sua candidatura? Isto é democracia", disse o antigo líder de guerrilha no braço armado da Renamo, principal força de oposição.

A posição surge poucos dias depois de o Tribunal Judicial da Cidade de Maputo ter dado provimento à providência cautelar do deputado **Venâncio Mondlane**, da Renamo — que anunciou a intenção de concorrer a presidente do partido —, e proibido o líder do maior partido da oposição moçambicana, Ossufo Momade, de praticar **"actos estruturantes"**, enquanto está a decidir sobre o processo.

A Lusa tem tentado uma reacção da direcção da Renamo, mas sem sucesso até ao momento.

A decisão do tribunal surge numa altura de forte crispa-

ção interna na Renamo sobre o processo de escolha da nova direcção, cujo mandato terminou em Janeiro passado sem que tenha sido convocado um congresso electivo até ao momento e quando os partidos já preparam as eleições gerais de Outubro em Moçambique, incluindo presidenciais.

"Ordena-se que seja o requerido intimado a suspender todos os actos estruturantes por si praticados, por um lado, e abster-se de exonerar os delegados e outros membros em exercício de funções e de nomear substitutos dos exonerados, fora do período de vigência de mandato dos órgãos do partido", lê-se na decisão sobre a providência cautelar, com data de 5 de Março.

Timosse Maquinze, antigo chefe do Estado-Maior General da Renamo e forte crítico da liderança de Ossufo Momade, insistiu que desde a entrada da actual liderança, após a morte do líder histórico **Afonso Dhlakama (1953-2018)**, muitos dos seus guerrilheiros foram mortos, presos ou perseguidos.

"Nós, os militares, já descartámos este homem da direcção da Renamo, isto no dia 15 de Abril do ano passado, já o tirámos e não precisamos dele para nada", afirmou.

Segundo Timosse Maquinze, o presidente do maior partido da oposição moçambicana tem violado **"sistematicamente"** os

estatutos da Renamo e, por isso, é necessário que se convoque um congresso para eleger um novo líder, de forma pacífica: **"Eles sabem muito bem que se concorrerem com os outros vão perder, por isso é que estão com medo. Em democracia as pessoas não são proibidas de concorrer (...). Não é isso que eles estão a dizer e ele ser o único candidato. Quem é ele para concorrer sozinho? Com o Dhlakama vivo e nas matas o congresso era sempre realizado e lá havia outros militares que manifestavam interesse no cargo, mas não eram impedidos"**.

Maquinze acusou ainda Ossufo Momade de criar um grupo para anunciar artigos e outros elementos dos estatutos do partido alegando que quer impedir que haja congresso na Renamo. **"Dhlakama é que teria o direito de negar o congresso porque ele era um dos fundadores deste movimento, e não o negava. Agora, Ossufo quer acabar com isso e matar a democracia? Aliás, até já matou a democracia porque não quer que os outros concorram ao seu lugar"**, disse.

Esta é a terceira vez que o influente membro do braço armado do maior partido de oposição no centro de Moçambique pede a saída de Ossufo Momade desde a sua eleição, em 2019, após a morte de Afonso Dhlakama.

REDACTOR

JÁ NÃO O QUEREMOS NA LIDERANÇA DO PARTIDO, JUNTO COM A SUA CÚPULA. ESTÃO A EVOCAR LEI QUE NÃO EXISTE, ELAS ESTÃO ERRADOS E ESTÃO A ESTRAGAR A DEMOCRACIA. O QUE ELAS TEMEM NOS OUTROS MANIFESTAREM A SUA CANDIDATURA? ISTO É DEMOCRACIA - TIMOSSE MAQUINZE, ANTIGO LÍDER [CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL] DE GUERRILHA DA RESISTÊNCIA NACIONAL MOÇAMBICANA (RENAMO)

FRASE

A nossa vida é feita do que nós fazemos por ela, e do que temos de aceitar dos outros

- José Saramago, Nobel da literatura

PREVISÃO DE TEMPO



CONTRABANDO DE MADEIRA EM CABO DELGADO RENDE 125 MILHÕES DE METICAIS POR MÊS

As autoridades moçambicanas estimam que o contrabando de madeira em Cabo Delgado renda uma média de 125 milhões de meticais por mês aos contrabandistas, receando-se que parte seja usada para o financiamento de actividades terroristas.

"Moçambique é um país que dispõe de uma vasta cobertura florestal, de cerca de 31.693.872 de hectares, dos quais 25% são áreas de conservação ambiental, com uma grande diversidade da fauna e flora. Neste sentido, o sector torna-se vulnerável às actividades criminosas que facilmente podem ser associadas ao financiamento do terrorismo", diz o Relatório da Avaliação Nacional dos Riscos de Financiamento do Terrorismo.

O documento reconhece que o nível de vulnerabilidade do sector da fauna, flora e produtos pesqueiros para o financiamento ao terrorismo no país é "médio alto" e que o nível de ameaça do sector é "alto".

"Os recursos explorados ilegalmente ostentam alto valor comercial, sendo os maiores clientes oriundos da Ásia, movidos por apetites comerciais em busca de matéria-prima. Porém, apesar de não se ter um registo das suas ligações directas ao terrorismo, o facto do contrabando de madeira e outros produtos florestais ocorrer nas zonas com ameaça terrorista activa sugere que esta actividade tem sido uma fonte de

rendimento dos terroristas, uma vez que se estima que o contrabando de madeira em Cabo Delgado esteja a render cerca de 125 milhões de meticais por mês aos contrabandistas", acrescenta.

O relatório, concluído no fim de 2023, refere que "foi possível identificar como principais vulnerabilidades" do sector "a fraca fiscalização das áreas de conservação, bem como a fraca capacidade de fiscalização da costa, sobretudo nas zonas de ameaça terrorista activa, o que aumenta o risco de financiamento ao terrorismo através da pesca ilegal, com vista a assegurar a base logística dos terroristas".

Admite ainda que a "qualidade dos controlos do sector" para o financiamento ao terrorismo no país "é médio baixo" e que as áreas de conservação contam com "um quadro legal robusto, actual e que responde adequadamente aos padrões normativos internacionais". "No entanto, fora das áreas de conservação e nas zonas onde existe uma ameaça terrorista activa a fiscalização é deficitária e/ou quase inexistente, mas para o efeito tem contado com a colaboração de outros actores (Forças de Defesa e Segurança)", aponta o relatório, reconhecendo que "há um número muito elevado de actividades suspeitas que foi reportado nos últimos três anos".

"Pese embora cerca de 12.000 casos de actividades suspeitas reportadas e investigadas nesse período

estejam relacionados ao branqueamento de capitais, alguns destes processos estão associados ao financiamento ao terrorismo, pois ocorreram em zonas com ameaça terrorista activa", refere.

"Como resultado das supervisões", observa que "têm sido aplicadas sanções administrativas a várias entidades", mas que "não são pagas", já que "os sancionados preferem arrastar os casos nos tribunais, a cumprirem com as sanções" e que na "aplicação de sanções criminais, o nível é considerado baixo", tendo em conta que dos 8505 casos acusados em 2022, "apenas 8,76% foram julgados e 0,35% condenados".

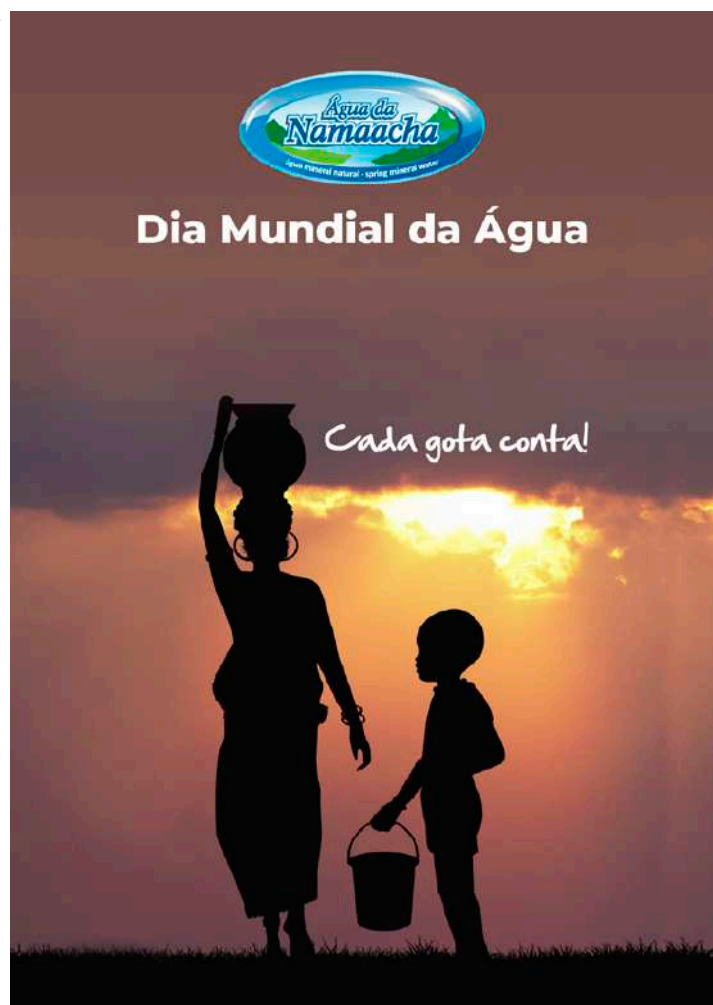
Identifica ainda que a actividade de abate de recursos florestais e faunísticos

envolve cidadãos nacionais e estrangeiros, "como intermediários e agentes, recrutados por terroristas".

O documento recorda que os crimes ambientais em África "têm-se sofisticado de tal forma que se podem comparar com os crimes de tráfico de drogas e de armas", ultrapassando fronteiras, e que "várias organizações terroristas no continente têm-se beneficiado de forma abusiva dos recursos marítimos, da fauna e flora", para financiar actividades.

"O Al-Shabaab da Somália, por exemplo, obtém fundos através da tributação do carvão vegetal e o Exército de Resistência do Senhor de Uganda depende fortemente da caça furtiva e da venda de marfim para obter capital", aponta.

REDACTOR



IURD EM ANGOLA PASSA A SER IRDA



O Governo angolano reconheceu a nova denominação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) Angola, que passa a designar-se Igreja do Reino de Deus em Angola (IRDA), determinando também a transferência de todo o património para a IRDA.

As alterações saídas da reunião extraordinária do conselho de direcção da IURD angolana, realizada em 8 de Fevereiro de 2024, foram confirmadas no decreto executivo n.º 74/24 de 14 de Março do Ministério da Cultura e Turismo angolano. Este é o corolário de uma

disputa que se assistia na congregação opondo a componente brasileira e a angolana, que remonta a Novembro de 2019.

De acordo com o ministério, são reconhecidas as alterações relativas à nova denominação, logótipos, símbolos, estatutos e regulamentos internos, passando a confissão religiosa a chamar-se Igreja do Reino de Deus em Angola. O diploma legal determina igualmente que os bens

patrimoniais que, à data de entrada em vigor do presente decreto executivo, se encontrem afectos à IURD, bem como os direitos, obrigações e os processos sob sua gestão transitam para a IRDA, conforme definido no estatuto aprovado na reunião de Fevereiro passado.

REDACTOR

FAÇA A SUA LICENCIATURA ENGENHARIA E GESTÃO

ISUTC
ONLINE



A QUALIDADE E EXCELÊNCIA DO ISUTC À DISTÂNCIA DE UM CLIQUE. INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 26 DE ABRIL.
online.isutc.ac.mz | CEL: +258 85 900 0031

AS ALTERAÇÕES SAÍDAS DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE DIRECÇÃO DA IURD ANGOLANA, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2024, FORAM CONFIRMADAS NO DECRETO EXECUTIVO N.º 74/24 DE 14 DE MARÇO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO ANGOLANO

POTENCIAL DA IA EM ÁFRICA “EM SÉRIO RISCO DE DESCARRILAR” POR “MEDO DOS GOVERNOS”

O líder do Grupo de Peritos em Cibersegurança da União Africana disse à Lusa que o potencial de uso da Inteligência Artificial (IA) em África “está em sério risco de descarrilar, e quem o fará descarrilar são os governos africanos, por medo”.

“Como em muitas outras coisas, há um grande potencial para a utilização da IA em África. No entanto, esse potencial está em sério risco de descarrilar. E as pessoas que o farão descarrilar são os governos africanos, por medo”, afirmou em declarações à Lusa a partir de Abuja, a capital nigeriana, **Abdul-Hakeem Ajijola**, presidente do Grupo de Peritos da União Africana (UA) que desenhou a Convenção de Malabo sobre o uso ético da IA no continente. “Quando surge uma nova tecnologia, a primeira tendência de muitos dos nossos líderes é proibi-la, pará-la ou restringi-la. Ainda temos países em todo o continente e, de facto, em todo o mundo, onde a internet é regularmente desligada”, acrescentou o especialista nigeriano em cibersegurança, comissário da Comissão Mundial para a Estabilidade do Ciberespaço (GCSC) e membro do gabinete das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento (UNODA), entre outras funções em várias organizações multilaterais.

Segundo o especialista, “tudo isto se deve ao medo e não se trata de segurança nacional, mas sim da segurança dos regimes, da segurança dos detentores do poder, não da segurança dos

sistemas ou do bem-estar do sistema”.

Abdul-Hakeem Ajijola começou a trabalhar há 14 anos com a União Africana (UA) num quadro regulatório para a utilização da IA em África, que haveria de ser adoptado pela Assembleia da organização pan-africana em Malabo em 2014, mas apenas com a assinatura da Mauritânia, em Maio do ano passado, atingiu o número mínimo de países signatários – 15 em 55 estados-membros da UA, entrando em vigor no mês seguinte. Entre os países africanos lusófonos, assinaram, mas ainda não a ratificaram, a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

“Foi uma longa jornada e ainda estamos a percorrê-la, porque, apesar de 15 países terem aderido à Convenção de Malabo, precisamos de um número muito mais elevado”, afirmou Ajijola.

Por outro lado, “agora que foi aceite por um número mínimo de países, a primeira coisa que tem de acontecer é ser actualizada”, acrescentou o líder do grupo de peritos que preparou o documento, porque “muita tecnologia mudou e, sem dúvida, muito do pensamento em África – e em todo o mundo – mudou”.

“É necessário proceder a uma revisão urgente”, para o que “é preciso que a UA crie um grupo de trabalho ou uma entidade encarregada de fazer avançar o projecto e resolver problemas de implementação, criando as parcerias necessárias”, disse.

Mas caberá sempre aos Estados a responsabilidade de

modificarem um texto, que “é recuperável, não é obsoleto no sentido em que o continente terá de começar de novo, mas que, claramente, tem algumas coisas que precisam de ser actualizadas”, sublinhou Abdul-Hakeem Ajijola.

A Convenção de Malabo é um texto “abrangente”, na expressão de Ajijola, que “não inclui directamente” as directrizes e princípios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês) sobre a utilização ética da IA, porque não entra nos pormenores adotados pelo documento daquele gabinete das Nações Unidas em 2021, “mas permite esse tipo de evolução”, segundo o especialista nigeriano.

O quadro de directrizes da UNESCO relativamente à utilização ética da IA assenta nos princípios gerais do respeito, protecção e promoção dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e da dignidade humana; na convivência da humanidade em sociedades pacíficas, justas e interligadas; na promoção do ambiente e ecossistemas saudáveis e na garantia do respeito pela diversidade e inclusão.

O próprio continente, sublinhou Ajijola, “publicou algumas directrizes e princípios sobre a IA e pode aceitar algumas das directrizes éticas da UNESCO”. Essa “seria mesmo uma das áreas de in-

teresse” da revisão da Convenção de Malabo, apontou o especialista.

Sobre a questão da IA e da sua regulamentação, fez uma analogia: “é como o sal na sopa. Se pusermos demasiado sal, a sopa deixa de ser comestível. E se não pusermos sal suficiente, fica intragável”.

“Embora precisemos de regulamentação para a IA e para muitas das novas tecnologias emergentes, temos de evitar ser demasiado rigorosos, trata-se de alcançar a combinação ideal de regulamentação”, acrescentou Ajijola.

“Enquanto africanos, precisamos de desenvolver a nossa própria filosofia, princípios e ética para a IA”, e “abordar proactivamente os desafios de moldar a sua governação”, porque “o seu potencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do continente é imenso”, disse ainda.

“É muito importante, não só no domínio militar, mas em todo o lado, que África se envolva no diálogo necessário para definir os seus princípios, ética e filosofia, enraizados nas suas próprias culturas e não baseados nos interesses dos vendedores de tecnologia. Só então poderemos realmente aproveitar o poder da IA sem preconceitos, tanto para aplicações civis, como militares”, sustentou Abdul-Hakeem Ajijola.

REDACTOR

Ficha técnica

Primeiro jornal ilustrado transmitido por FAX e E-mail, de 2ª a 6ª-
-feira. Propriedade da SOJORNAL Sociedade Jornalística,
Rua das Dálias, N° 49, 2º Andar, Flat Seis, Maputo Moçambique - C.P.
1756 Website: www.redactormz.com E-Mail: correiodamanha@tv-cabo.co.mz / redacciao@redactormz.com / editor@redactormz.com
Móvel: 82/84/873085360/841404040

Os artigos de opinião inseridos nesta edição são da inteira responsabilidade dos respectivos autores e não reflectem necessariamente o ponto de vista nem a linha editorial deste jornal.